



**PROGRAMA ELEITORAL PARA O  
DISTRITO DO PORTO**

*ainda*  
**FAZER & MAIS  
E MELHOR**

**Legislativas 2019**

# ÍNDICE

Introdução.....	2
Quatro Desafios Estratégicos .....	4
<b>I ENFRENTAR AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, GARANTINDO UMA TRANSIÇÃO JUSTA.....</b>	<b>5</b>
I.1. Acelerar a descarbonização da economia .....	5
I.2. Desenvolver novos modelos de mobilidade e transporte coletivo ao serviço da qualidade de vida das pessoas .....	6
I.3. Economia circular.....	7
I.4. Valorizar os ativos naturais e ambientais.....	9
I.5. Apostar no potencial do mar .....	12
<b>II DEMOGRAFIA: POR UM PAÍS COM MAIS PESSOAS E MELHOR QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS</b>	<b>15</b>
II.1. Combater o ‘Inverno Demográfico’ .....	15
II.2. Desenvolver novos programas públicos de habitação e estimular o mercado de arrendamento .....	16
II.3. Promover um mercado de trabalho menos precário e mais digno, para uma sociedade melhor .....	18
II.4. Melhorar a formação profissional, ao serviço dos cidadãos e do desenvolvimento .....	19
<b>III DESIGUALDADES: MAIS E MELHORES OPORTUNIDADES PARA TODOS, SEM DISCRIMINAÇÕES ....</b>	<b>21</b>
III.1. Promover a igualdade e combater as discriminações .....	21
III.2. Mais e melhor educação, mais e melhor democracia .....	22
III.3. Investir no futuro coletivo, reforçando o investimento no ensino superior.....	23
III.4. Assegurar um Serviço Nacional de Saúde mais justo, inclusivo e eficaz .....	25
III.5. Valorizar o território e a sua diversidade, promovendo mais coesão e melhor governação .....	26
<b>IV O FUTURO AGORA: CONSTRUIR UMA SOCIEDADE DIGITAL .....</b>	<b>30</b>
IV.1. Investir na Inovação, aumentar a produtividade e reforçar a competitividade .....	30
IV.2. Transformação da economia e indústria 4.0.....	31
IV.3. Apoiar o investimento em inovação .....	31
IV.4. Reforçar o compromisso com a ciência .....	32
IV.5. Renovar a aposta na cultura .....	33
IV.6. Continuar a apostar no turismo como fator de crescimento e valorização do país .....	35
Nota .....	37

## Introdução

Os últimos quatro anos da atual legislatura criaram **um novo contexto político e social em Portugal** marcado pela objetiva melhoria de vida das populações através da devolução de rendimentos, do reforço dos direitos sociais e da promoção da equidade, num ciclo de desenvolvimento económico. Criaram-se 340 mil novos postos de trabalho e a taxa de desemprego atingiu no segundo trimestre de 2019 o valor de 6,3%, o mais baixo desde o segundo trimestre de 2004. No Norte, essa taxa foi de 6,2%, ou seja, inferior à média nacional, o que não se verificava há 17 anos. Promoveram-se políticas sociais e económicas de combate à privação material, viabilizando a saída de mais de 180 mil pessoas da pobreza.

Foi possível inverter o caminho estreito da austeridade cega e, simultaneamente, diminuir o défice público para os valores mais baixos da nossa democracia (0,5% do PIB em 2018) e introduzir sustentabilidade na gestão da dívida pública, cumprindo os compromissos internacionais em matéria de consolidação orçamental. Hoje, Portugal tem, pela primeira vez na história da sua democracia, contas públicas equilibradas.

**O país restaurou a sua imagem e credibilidade na Europa e no mundo e os Portugueses recuperaram a esperança num futuro melhor.**

Por isso, hoje, já longe dos prognósticos derrotistas do passado, podemos projetar o futuro num horizonte diferente, pois temos, no presente, resultados sólidos de progresso onde ancoramos a confiança na capacidade de prosseguirmos o caminho iniciado, **fazendo mais e melhor.**

Há problemas estruturais internos de desenvolvimento do país e do bem-estar dos portugueses (como a coesão territorial, a proteção ambiental e o combate às desigualdades, com especial enfoque na pobreza) que têm de continuar a ser enfrentados e que exigem políticas cada vez mais integradas entre os diversos setores da governação e da sociedade, coordenadas e implementadas nas diferentes escalas de intervenção: nacional, regional e local. E há também problemas estruturais mundiais que pedem resolução premente, como são as alterações climáticas, a demografia e os movimentos migratórios que a todos afetam e dizem respeito.

Portugal tem de enfrentar os desafios estratégicos da próxima década com determinação, planeamento e rigor, articulando políticas de âmbito global e europeu, com políticas nacionais e locais. E tem de o fazer garantindo uma governação eficiente, sem pôr em causa o caminho de sustentabilidade que foi construído nestes quatro anos, prosseguindo a trajetória de desenvolvimento social e económico, de melhoria efetiva do exercício da democracia e participação dos cidadãos e das comunidades nos processos de decisão, e de reforço da transparência e prestação de contas.

O Programa Eleitoral do Partido Socialista para as Eleições Legislativas de 2019 assume este desígnio, apresentando-se estruturado em torno de quatro desafios estratégicos:

- ❖ **O combate às desigualdades** – i) salariais, de género, de origem étnica ou outras que afetem a equidade no usufruto dos direitos de cada cidadão; ii) a batalha pela qualificação contínua da educação, da saúde, da habitação e dos transportes como

pilares maiores do Estado Social; iii) a luta contra a pobreza através da promoção de mais justiça social e menos desigualdade na distribuição dos rendimentos e da riqueza.

- ❖ **A demografia e o desafio da coesão territorial**, valorizando as comunidades e promovendo cidades e territórios inteligentes e abertos à inovação.
- ❖ **As alterações climáticas e a sustentabilidade ambiental** como questão central do garante da vida no planeta, dinamizando a cooperação entre pessoas e instituições para a reconstrução de um território mais ordenado e protegido, e de uma sociedade mais descarbonizada e apostada na economia circular.
- ❖ **A transição para uma sociedade digital** como fator crucial na modernização de práticas e processos, e no acelerar da criatividade e inovação sempre ao serviço das pessoas, das empresas e das instituições.

Cada um destes desafios articula, sistemicamente, um conjunto muito vasto de preocupações, prioridades e medidas que merecem, na sua dimensão mais regional, serem seletivamente densificadas ao nível do distrito do Porto para que melhor se evidencie a sua relevância e pertinência para o desenvolvimento da região e das pessoas.

O futuro é uma construção coletiva para a qual todos somos convocados. **Fazer mais e melhor** só é possível quando as causas e as preocupações das pessoas chegam ao espaço público de debate e se transformam na base de construção de políticas públicas.

## **Quatro Desafios Estratégicos**

# I

## ENFRENTAR AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, GARANTINDO UMA TRANSIÇÃO JUSTA

### I.1. Acelerar a descarbonização da economia

Face às ameaças climáticas que o planeta enfrenta, Portugal assumiu o compromisso de atingir a neutralidade carbónica até 2050, procurando assim contribuir para que se possam atingir as metas do Acordo de Paris. Ocorre ainda que Portugal se tem posicionado na liderança, a nível Europeu e Mundial, na implementação de medidas que contribuem para a redução de emissões de CO<sub>2</sub>, quer incorporando no seu parque electroprodutor grande volume de sistemas de conversão de energia que exploram fontes primárias renováveis, quer procurando aumentar a eficiência energética na indústria e nos edifícios, quer ainda promovendo a mobilidade elétrica.

As propostas políticas do PS nesta área para os próximos quatro anos passam por desenvolver um conjunto de políticas públicas de descarbonização da sociedade e da economia, pelo aumento da eficiência energética, pela promoção da mobilidade sustentável recorrendo à mobilidade elétrica e incentivando a economia circular.

A forma mais eficiente de descarbonizar a economia passa por eletrificar massivamente a sociedade e, simultaneamente, apostar nas fontes primárias de energia renovável para produzir a eletricidade necessária a esta transição energética, substituindo assim os combustíveis fósseis por fontes de energia renovável.

Neste sentido, é importante dar continuidade à política encetada, desenvolvendo e promovendo soluções a nível distrital, complementares das grandes opções de investimento a nível Nacional em grandes parques solares fotovoltaicos, para os seguintes domínios:

- Desenvolvimento crescente de autoconsumo de eletricidade de origem renovável em edifícios e infraestruturas públicas.
- Autoconsumo de eletricidade em edifícios de habitação e condomínios, apoiando o desenvolvimento de fundos para apoio ao investimento nestes sistemas de conversão de energia, nomeadamente para famílias de baixos rendimentos.
- Programas de informação com carácter didático/pedagógico e formativo no sentido de utilizar melhor e de forma mais eficiente a eletricidade, chamando a atenção para a necessidade de adaptação da procura à oferta, que agora será mais variável no tempo por estar associada aos recursos renováveis.
- A utilização mais eficiente da energia na indústria, nos serviços e nos edifícios (os novos e aqueles que estão em fase de renovação).
- Reforço e expansão da rede de postos de carregamento normais para veículos elétricos em parques de estacionamento públicos, interfaces de transportes e superfícies comerciais, utilizando estratégias de carregamento inteligente que evitem a necessidade de reforço da rede elétrica a montante.

- Expansão da rede de postos de carregamento rápidos, nomeadamente em parques de estacionamento público e nas estações de serviço dos principais eixos rodoviários.

## **I.2. Desenvolver novos modelos de mobilidade e transporte coletivo ao serviço da qualidade de vida das pessoas**

O aumento do uso do automóvel, com especial incidência nos últimos anos, tem provocado crises no sistema de mobilidade. Os sistemas urbanos não se encontram projetados para absorver o volume atual de veículos em circulação, pelo que deve ser procurado o reequilíbrio entre modos de transporte, reduzindo a utilização do automóvel e incentivando a sua substituição pelo transporte público e pelos modos ativos. Esta estratégia é motivada, não só pelas questões ambientais, com a necessidade do cumprimento das metas de emissões, mas também económicas, reduzindo a dependência energética externa, e de saúde, promovendo estilos de vida mais ativos. As propostas políticas do PS nesta área para os próximos quatro anos passam, assim, por desenvolver um conjunto de políticas públicas para estimular o uso do transporte coletivo, no âmbito de Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS).

Os investimentos previstos no âmbito da criação dos PAMUS, que abrangem os principais centros urbanos, são um ponto de partida essencial na mudança do paradigma da mobilidade urbana. Em paralelo, o Programa de Apoio à Redução Tarifária dos Transportes Públicos (PART), com redução dos preços dos passes, teve e terá um papel fundamental no aumento da procura do transporte coletivo nas áreas metropolitanas.

Neste sentido, é importante continuar a prosseguir a política encetada desenvolvendo soluções para os seguintes domínios:

- Investimento em novo material circulante, permitindo assim transportar um maior número de passageiros com as mesmas condições de conforto.
- Intensificar o reforço da intermodalidade entre o automóvel e a ferrovia, através da criação de soluções de estacionamento automóvel junto das estações do Metro do Porto e da rede de comboios do Grande Porto, reduzindo a necessidade de deslocações por automóvel aos principais polos geradores de viagens da Área Metropolitana e da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.
- Reforçar as competências de áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais, no sentido de redefinir as suas redes, adequando-as aos novos padrões de procura.
- Melhorar a qualidade do serviço do transporte, nomeadamente no que respeita à pontualidade e à disponibilização de informação em tempo real aos utilizadores.
- Criação de ciclovias urbanas, procurando sinergias entre o transporte público e o transporte ciclável, adotando soluções de *bikesharing* para os troços finais das viagens.

Um outro problema que afeta a mobilidade no distrito e, em especial, na Área Metropolitana do Porto, é o congestionamento no núcleo central resultante da configuração invertida do esquema tarifário da rede de autoestradas, pelo que deve estudar-se a taxação da Circular Regional Externa do Porto (CREP), criada com o intuito de canalizar o tráfego de

atravessamento, em especial do tráfego pesado, desincentivando-se o recurso à Via de Cintura Interna (VCI). Neste sentido, devem ser procuradas soluções para promover a utilização da CREP no tráfego de atravessamento, tirando partido do sistema de portagens eletrónicas instalado.

### **I.3. Economia circular**

Hoje em dia é unânime que a temática da sustentabilidade ambiental tem obrigatoriamente que estar presente na agenda política e que temas como o consumo sustentável, a redução do uso de plásticos, a proteção dos oceanos e do circuito da água, entre outros, não são apenas palavras vãs ou, no oposto, chavões políticos, mas sim obrigações de qualquer responsável político, gestor ou cidadão.

É urgente, por isso, um aumento da consciência cívica e ações concretas, colocando a política de ambiente e ordenamento do território no centro da estratégia para o desenvolvimento do país.

Portugal tem excelentes condições, pelo que deve posicionar-se como um dos países mais inovadores do mundo e um exemplo na utilização de tecnologia para a redução de emissões; para o aumento da eficiência energética; para uma gestão mais eficiente da água; uma melhor e mais inteligente gestão de resíduos; e para uma política de preservação dos recursos hídricos onde o distrito (AMP e CIM Tâmega e Sousa) devem ser referência.

#### **1. Garantir um aproveitamento mais eficiente da água e melhorar a gestão dos resíduos**

O aumento da concentração dos gases de estufa na atmosfera, principalmente o dióxido de carbono, tem sido apontado como uma das principais causas de alteração do clima. Estas têm e terão ainda mais impactos negativos sobre os ecossistemas terrestres, nos diversos setores socioeconómicos, na saúde pública e na qualidade de vida.

O oceano, a vegetação e o solo são importantes reservatórios que trocam carbono com a atmosfera. O ecossistema ribeirinho contribui para a acumulação de carbono, quer no material vegetal, quer na matéria orgânica do solo. O sumidouro de carbono inclui as raízes, caules e folhas das árvores, de outras plantas, em microrganismos e solos, onde se produzem as associações biológicas. Assim:

- A implementação de projetos de valorização ecológica de linhas de águas deverá ser uma realidade a desenvolver com vista à promoção do conceito de "sequestro de carbono", sendo a interação entre espécies vegetais e animais com a água, microrganismos e nutrientes, essencial para a reciclagem eficiente dentro do sistema.
- O desenvolvimento de programas extraordinários de apoio à instalação de saneamento nas zonas e concelhos onde se mantém um nível deficitário de tratamento de resíduos.

#### **2. Reduzir a utilização de plástico e promover o consumo da água da torneira**

- Terminar com a venda de água engarrafada em escolas e demais instituições de ensino, sendo substituída pela promoção de utilização de água da torneira, dotando as escolas com dispensadores de água e eventual distribuição de garrafas reutilizadas;



- Regulação e maior controlo dos produtos vendidos em máquinas de *vending* automático, promovendo a substituição de produtos embalados em plástico por outro tipo de embalagens amigas do ambiente;
- Promover a substituição de produtos embalados em plástico por outro tipo de embalagens amigas do ambiente nas cantinas públicas;
- Dotar as linhas de águas e as redes de águas pluviais, bem como as redes de saneamento, com técnicas e/ou tecnologias que impeçam que microplásticos sejam drenados para rios e para o mar.

### **3. Reutilizar a água das chuvas em contexto escolar**

A educação ambiental para a reutilização de água das chuvas é um projeto que pretende dotar escolas e equipamentos municipais de sistemas de aproveitamento de água da chuva, para abastecimento das instalações sanitárias, lavagem de pavimentos, regas de jardins, entre outros fins que não exijam água potável, de modo a promover a minimização do consumo de água potável nestes contextos e sensibilizar para a adoção de comportamentos ambientalmente corretos.

### **4. Continuar a incentivar a reutilização de água residual tratada**

Tendo sido recentemente aprovada legislação que incentiva e regula a utilização de água residual tratada, deverá ser implementado um sistema de apoio com recursos a financiamento comunitário com vista à:

- Implementação de redes secundárias de abastecimento de água que utilizem a água tratada nas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) para fins públicos (rega, limpeza urbana, etc.) e fins industriais.

### **5. Adotar uma nova filosofia na recolha de resíduos sólidos urbanos**

É urgente a implementação de uma agenda que vise a alteração progressiva do conceito tradicional de recolha de resíduos urbanos, substituindo-o por sistemas “utilizador-pagador”, já previsto na legislação nacional, com incentivo ao aumento da recolha seletiva e combate ao desperdício, gerando poupanças com a fatura dos resíduos, estimulando a reciclagem e criando modelos mais justos nas fórmulas de pagamento da recolha e tratamento de resíduos. Nesse sentido, deverá:

- Ser incentivada a implementação por parte dos municípios de sistemas urbanos de compostagem doméstica, evitando o encaminhamento para incineração de resíduos valorizáveis que se podem transformar de forma natural em fertilizante ou adubo, que no solo funciona como corretor agrícola.
- Incentivar a utilização de produtos recicláveis ou reutilizáveis pelos produtores locais, nomeadamente através da utilização adequada e transparente do Fundo Ambiental.
- Promover a valorização energética dos resíduos em alternativa ao aterro.

- Apoiar projetos que ajudem o cidadão a melhor gerir os seus resíduos, com sessões de sensibilização e projetos demonstradores.
- Incentivar sinergias entre os sistemas em baixa e em alta, estimulando a comunicação entre ambos.
- Testar projetos piloto baseados no conceito de PAYT (Pay As Your Throw) – “utilizador-pagador”.

## 6. Reciclar resíduos industriais

Uma economia verde, circular, tem de dar uma especial atenção à utilização dos recursos e ao combate aos desperdícios na produção de bens, numa estratégia clara de responsabilidade social. Nesse sentido, deve ser adotado:

- Medidas que premeiem os produtores que tenham preocupações ambientais na cadeia de produção, e valorizar aqueles que incorporem na sua cadeia de valor os excedentes da sua produção, incluindo a reciclagem e o *upcycling*.
- Um relatório de transparência que possa fazer a medição, monitorização e rastreamento dos comportamentos e pegada ambiental das empresas, atribuindo *ratings* às empresas com base no seu desempenho sustentável, os quais poderão conduzir a benefícios fiscais.
- Processo de difusão do que de bom se faz nas empresas, criando um selo ou uma marca que diferencie uma empresa de outra com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do *Global Compact* das Nações Unidas.

## I.4. Valorizar os ativos naturais e ambientais

O distrito do Porto é marcado por alguns problemas ambientais graves, como os que atentam contra a biodiversidade, a qualidade da água e uma boa relação entre mar e terra e entre natureza e urbanização. Constitui também um espaço com importantes valores, que urge preservar e valorizar, sem subalternização aos interesses económicos de curto prazo.

Salienta-se no contexto distrital que:

- A maior parte do litoral é constituído pelo sistema praia-duna e está a sofrer um processo de erosão, com recuo da linha de costa. O litoral confere ao distrito um grande valor para o turismo e recreio balnear, mas também é esse tipo de litoral que permite galgamentos marinhos, potenciados pelas alterações climáticas e pelo desordenamento da orla costeira.
- As cidades e vilas do distrito do Porto estão a assistir a uma diminuição galopante da sua biodiversidade, já que aves, plantas autóctones e insetos (nomeadamente abelhas) estão em acelerado desaparecimento.
- Existem muitos espaços já protegidos ou com valor ambiental sem regime de proteção, os quais merecem uma atenção acrescida.
- O rio Douro é um elemento central do distrito, defrontando-se com variadíssimos problemas como: o excesso de poluição proveniente de concelhos que ainda não têm

sistemas de tratamento de águas residuais; o excesso de uso de pesticidas nas áreas agrícolas da sua bacia hidrográfica; o excesso de navegação de recreio que o degrada paisagisticamente e provoca a erosão das margens; e a construção desregrada na envolvente. Além disso, a construção, desde o século passado, de catorze barragens, interrompeu a circulação de espécies piscícolas migratórias, como o sável e a lampreia, com prejuízo económico para a região e, especialmente, para os pescadores ribeirinhos.

- Em todos os municípios do distrito do Porto têm sido criados nos últimos anos parques urbanos, de maior ou menor dimensão, para usufruto da população e preservação de locais simbólicos. Importa acelerar esta dinâmica, aproveitando, para o efeito, espaços ao abandono nas cidades e vilas, de modo a aumentar consideravelmente os espaços verdes urbanos e, assim, contribuir para a modelação do microclima urbano; para a infiltração da água; para combater a poluição; para fixar carbono; e para fomentar a biodiversidade. Mas há que ter em consideração que os espaços verdes, na sua conceção tradicional, têm um consumo elevado de água de rega, pelo que deve ser revisto o modelo de vegetização.
- A árvore na cidade perdeu muito do seu espaço e possibilidade de implantação por falta de espaço aéreo para o desenvolvimento da copa, falta de espaço subterrâneo para instalação segura do sistema radicular, e por constantes atentados à sua sobrevivência, como sejam a abertura de valas para todo o tipo de infraestruturas (danificando as raízes), podas deficientes e impermeabilização dos solos, o que não permite que a água alimente a árvore.
- Há uma progressiva invasão do território por espécies exóticas, muitas das quais se tornam invasoras, competindo com as espécies autóctones. O distrito do Porto não é exceção. A erva-das-pampas, a oenothera (erva-dos-burros), as acácias e o chorão-das-dunas são algumas das muitas invasoras que importa controlar, até por força da obrigatoriedade legal. Mas há, também, as espécies autóctones que, devido a vários fatores, a que não é estranha a intervenção humana, se estão a tornar problemáticas, como é o caso da gavota-de-patas-amarelas e dos javalis.

Face a este quadro, em linha com o que o programa nacional propõe e considerando as especificidades do distrito, que constituem prioridades neste domínio, consideram-se os seguintes objetivos e medidas:

### **1. Proteger o litoral**

Conservar rigorosamente o que ainda resta do cordão dunar, reconstruindo-o e renaturalizando-o onde houver espaço físico para o fazer e programar, em determinados casos, a médio e longo prazo, o recuo da ocupação do litoral, articulando com o Programa da Orla Costeira e com um sistema de incentivos e multas que garantam a boa gestão do mesmo.

### **2. Reabilitar e criar corredores ecológicos**

Reabilitar o que ainda resta dos corredores ecológicos, nomeadamente ao longo dos cursos de água, cumeadas e vales agrícolas, de modo a favorecer o ciclo da água, contribuindo para a inexistência de cheias, para o equilíbrio de microclima e biodiversidade, com, designadamente:

- Desentubação de linhas de água (nos casos em que isso foi feito no passado), remover as obras de “retificação” das margens e desobstrução de obstáculos ao livre escoamento das águas.
- Arborização de margens e garantia da presença de vegetação arbustiva e herbácea, de modo a sustentar a erosão e a diminuir a temperatura das águas em favor da vida aquática.

### **3. Apoiar o desenvolvimento de espaços protegidos**

O Parque das Serras do Porto, sob outra designação, foi defendido há mais de seis décadas por muitos e pelo Partido Socialista desde os anos 80, como área protegida. A iniciativa foi recentemente tomada pelos Municípios de Gondomar, Paredes e Valongo, com o estatuto de paisagem protegida regional. Importa agora dar corpo a este projeto, recuperando a área do parque profundamente degradada pela exagerada plantação de eucaliptos e pelos fogos recorrentes, com reflorestação adequada e criação de condições que permitam à população usufruir de um espaço único que abriga espécies endémicas de flora.

O Vale do Sousa Superior é um território com elevado valor ambiental, importante para a conservação da natureza e do património cultural, pelo que a Câmara Municipal de Lousada decidiu promover o processo de classificação dessa área como paisagem protegida local, o que deve ser apoiado, garantindo a realização de um plano de gestão participado.

A Paisagem Protegida e Reserva Ornitológica de Mindelo é a mais antiga área protegida de Portugal (1956) e uma das mais antigas da Europa, estando agora integrada na Paisagem Protegida do Litoral de Vila do Conde. Tem um enorme potencial para a defesa da biodiversidade, a educação ambiental, o turismo e o recreio, pelo que a sua conservação é um importante contributo para a defesa do litoral e para o turismo e recreio, até por ser a única reserva natural que tem estação de metro num dos seus acessos. Será criado um centro de acolhimento de visitantes, com um museu da ornitologia.

O Carvalho de Reixela situa-se a 4 quilómetros do centro de Baião. Com cerca de 15 hectares, é o maior do distrito e um dos últimos carvalhais autóctones do país. Será promovida a sua classificação como área protegida local o seu aproveitamento científico, pedagógico e para o recreio de ar livre.

No Estuário do Douro, e em particular no seu troço final, estamos perante uma das zonas de maior valor ecológico do distrito, que deve ser encarada e tratada como tal, potenciando-se a Reserva Natural Local do Estuário do Douro como “maternidade de peixes” e local turístico de observação de aves e fotografia de vida selvagem.

### **4. Controlar a poluição e desvalorização do Rio Douro e suas margens**

Alargar os sistemas de tratamento de efluentes domésticos a todas as localidades e indústrias da bacia hidrográfica e substituir o uso de pesticidas (particularmente herbicidas) por outros métodos de munda, como já sucede em algumas propriedades do Douro Vinhateiro, e disciplinar o uso turístico do rio, em particular o turismo fluvial, avaliando, antes de mais, a sua capacidade de carga.

#### **5. Multiplicar parques urbanos, jardins e árvores em contexto urbano**

Valorizar a vegetação na cidade, promovendo uma boa integração da natureza em espaço urbano e poupanças de água de rega.

Aproveitar espaços urbanos abandonados (quintas, interiores de quarteirões, etc.) para instalação de zonas verdes, incluindo produção de legislação específica para o aproveitamento de espaços devolutos privados expectantes.

#### **6. Controlar espécies exóticas e infestantes**

Eliminar plantas invasoras e controlar populações de espécies em grande crescimento através de campanhas de sensibilização; da resolução dos problemas que dão origem à sua expansão, como sejam pequenas montureiras e lixo mal-acondicionado (no caso das gaivotas e dos javalis); e financiando ações locais ao nível das freguesias.

#### **7. Criar uma cintura Verde do distrito do Porto**

Com o desenvolvimento das áreas protegidas é possível estruturar uma grande cintura verde em torno do distrito do Porto, com continuação a Norte para as serranias minhotas, a nascente para as serras da Aboboreira, Marão e Alvão, e a Sul para a Serra da Freita e maciço da Gralheira. Essa cintura verde incluiria, também, a área florestal e agrícola do distrito e teria funções de produção, de proteção, de descarbonização e de recreio.

Assim, será criada uma grande cintura verde, a qual passa pelo reforço do papel do associativismo florestal (Portucalea - Associação Florestal do Grande Porto, Associação Florestal do Vale do Sousa e Associação Florestal de Entre-Douro-e-Tâmega) e a promoção de uma gestão profissional conjunta e ordenada das áreas florestais.

### **I.5. Apostar no potencial do mar**

Conforme é reconhecido no Programa nacional do Partido Socialista, Portugal apresenta um conjunto de potenciais relacionados com o mar que importa valorizar em favor do desenvolvimento do país, que decorrem da sua posição geoestratégica e da centralidade atlântica, da dimensão da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) e do pedido de extensão de limites da plataforma continental, da vocação marítima que decorre da sua história e da sua cultura, e ainda da presença de um setor de ID&I e de algumas empresas relevantes em alguns sectores da economia do mar. O Partido Socialista reconhece também, no seu programa, a importância da preservação do estado do Oceano enquanto condição fundamental para o equilíbrio ambiental.

Pela amplitude e natureza do tema, o nível distrital não é o grau de abordagem mais pertinente. Neste plano importa, sobretudo, identificar os ativos e os constrangimentos que o território apresenta e de que forma a sua valorização pode contribuir para as prioridades políticas estabelecidas a nível nacional.

Assim, destacam-se como principais ativos:

- Uma boa infraestrutura portuária (para mercadorias, cruzeiros e pesca), com percurso feito em matéria de digitalização e com resultados muito positivos em matéria de operação e de eficiência.
- Um conjunto de centros de conhecimento e de desenvolvimento de tecnologia na área do Mar ou com aplicação ao meio marinho, nomeadamente em instituições de ensino superior como a Universidade do Porto (FEUP, Faculdade de Ciências, Faculdade de Direito, ICBAS); a Universidade Católica (Escola de Biotecnologia); a Universidade Lusófona (Segurança); o Instituto Politécnico do Porto; e em Centros de Investigação, como o INESC TEC; o CIIMAR; o INEGI; o CIBIO; e o REQUINTE.
- Uma infraestrutura (inativa) de teste de energias renováveis marinhas, localizada na Aguçadoura.
- Uma incubadora de empresas na área do Mar – UPTEC Mar, um COLAB na área da bioeconomia azul e a sede do Cluster do Mar Português.
- Um conjunto de portos, marinas e de outras infraestruturas de apoio às atividades náuticas e ao turismo náutico.
- Valores culturais e ambientais relevantes, quer nas zonas estuarinas, quer nas zonas costeiras.
- Algumas empresas relevantes a operar em diferentes fileiras da economia do mar.

Por sua vez, os principais constrangimentos que importa minimizar e ultrapassar são os seguintes:

- O encravamento do porto de Leixões e as limitações ao seu crescimento, nomeadamente pelos conflitos de uso que se colocam com outras funções urbanas e económicas.
- A reduzida espessura empresarial, especialmente em novas áreas da economia do mar, o que é evidente na menor capacidade de acesso a fundos comunitários por parte de empresas da região.
- O insuficiente número de diplomados com formação superior na área do mar.
- O assoreamento dos acessos aos portos de pesca e a marinas no distrito.
- A insuficiente articulação e coordenação entre *players* locais na área do mar.

Sem perder de vista o âmbito nacional em que se coloca o desafio da valorização do potencial do mar, considera -se importante a prossecução das seguintes medidas para o distrito:

- Criar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento do porto de Leixões, condição fundamental para assegurar o bom funcionamento da cadeia logística e a competitividade das empresas e do território em geral.

- Assegurar um adequado sistema de dragagens que garanta as condições operacionais e de segurança a todos os portos e marinas do distrito.
- Favorecer a articulação e a cooperação entre os centros de conhecimento e de desenvolvimento de tecnologia e as empresas, a inovação e o empreendedorismo, nomeadamente através do reforço dos COLAB, dos *clusters* e das incubadoras e aceleradores de empresas.
- Apoiar a criação e a dinamização, na Aguçadoura, de uma infraestrutura de teste multiuso (energias marinhas renováveis, observação oceânica, aquacultura *offshore*, ...).
- Apoiar o desenvolvimento e a qualificação das atividades de turismo náutico, nomeadamente através do desenvolvimento de novas estações náuticas no distrito (nas zonas costeiras e águas interiores).
- Apoiar projetos que contribuam para o desenvolvimento de competências nas áreas do mar e que contribuam para a literacia dos oceanos.

## II

# DEMOGRAFIA: POR UM PAÍS COM MAIS PESSOAS E MELHOR QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

### II.1. Combater o ‘Inverno Demográfico’

A atual pirâmide demográfica da população portuguesa aponta para a inevitabilidade de um processo de envelhecimento significativo ao longo das próximas décadas: projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE) revelam que a população com menos de 15 anos irá diminuir até 2060, o que ocorrerá em paralelo com o aumento da população com 60 ou mais anos. Segundo um relatório das Nações Unidas, Portugal ocupava, em 2015, o quinto lugar dos países mais envelhecidos do mundo e, se nada for feito, em 2030 prevê-se que passará para terceiro lugar, apenas atrás do Japão e da Itália.

Este cenário demográfico não é de hoje, tem décadas. Porém, durante o período de crise e do respetivo programa de ajustamento a situação deteriorou-se muito, não só porque a natalidade, já baixa, diminuiu ainda mais, mas também pelo agravamento drástico do saldo migratório: saíram do país centenas de milhares de jovens e jovens adultos. Importa, no entanto, ressaltar que a situação demográfica é também produto de evoluções positivas que testemunham progressos sociais notáveis, como a diminuição da mortalidade, o aumento da esperança de vida, e a melhoria incomensurável dos cuidados de saúde e de educação, dos sistemas de proteção social, entre outros.

Contudo, existe um problema de renovação da população, de alteração do equilíbrio entre gerações e de envelhecimento, o que impõe a atuação sobre as várias frentes das equações demográficas para se evitarem cenários dramáticos e minimizar as consequências das atuais tendências.

Para termos um país com mais pessoas, que possam ter os filhos que desejam, com melhor qualidade de vida, e os cidadãos seniores tratados com dignidade, precisamos de mobilizar e articular diferentes áreas das políticas públicas (trabalho, habitação, educação, etc.) capazes de produzirem efeitos integrados e sustentáveis na natalidade, a par de outras de apoio direto às famílias como:

- Disponibilizar e melhorar o acesso de serviços de apoio à família, designadamente creches, com horário alargado.
- Fomentar a articulação entre as empresas e o setor social e solidário com vista à disponibilização de serviços de apoio aos trabalhadores.

Complementarmente, Portugal e o distrito do Porto necessitam, para sustentar o seu desenvolvimento económico e demográfico, do contributo da imigração, adotando, para tal, medidas consistentes no campo das migrações, a saber:

- Incentivar o regresso dos emigrantes e dos seus descendentes que abandonaram o país na altura da crise, a quem se aplicam todas as medidas anteriormente referidas.



- Assegurar uma boa regulação dos fluxos migratórios e uma boa atratividade para novos imigrantes.
- Garantir um acolhimento digno, inclusivo e respeitador da diversidade de quem procura o nosso país com a aspiração de construir melhores condições de vida para si e para a sua família.
- Articular com os serviços públicos e as associações empresariais a formação profissional dos imigrantes e a aprendizagem da língua.

O Partido Socialista acredita que o cidadão sénior tem um valor e um papel essencial na sociedade e merece ser tratado com dignidade inerente a cada ser humano. As medidas de políticas públicas que dizem respeito ao envelhecimento não podem ser apenas reparadoras e a ativar somente nas situações de velhice, mas devem operar de modo preventivo, designadamente no campo da saúde. Assim, propõe-se:

- Criar um mecanismo de reforma a tempo parcial.
- Definir áreas específicas de contratação de cidadãos seniores na administração pública.
- Promover programas municipais de voluntariado sénior.
- Apoiar iniciativas da sociedade civil como as Universidades Sénior.
- Incentivar a utilização dos equipamentos desportivos, como piscinas municipais.
- Garantir um apoio domiciliário integrado dos serviços de saúde e do setor social e solidário, apoiado pela segurança social.
- Investir numa maior literacia em saúde para a população com mais de 65 anos e para os cuidadores informais.
- Identificar e apoiar os idosos que habitam em situação de isolamento através dos serviços de saúde e do setor social e solidário.
- Criar medidas de apoio aos cuidadores informais, designadamente a nível concelhio, quer através dos equipamentos existentes, quer através da criação de bolsas de cuidadores para apoiar os cuidadores informais.

## **II.2. Desenvolver novos programas públicos de habitação e estimular o mercado de arrendamento**

Intervir nas condições que ajudem a concretizar o direito à habitação a todos os cidadãos, tal como se estabelece na Lei de Bases da Habitação recentemente promulgada, é uma obrigação e um desafio que se impõe e que terá que ter continuidade nos anos futuros.

Depois de anos de abandono ao 'mercado' que a facilidade de acesso ao crédito permitiu e, depois, as circunstâncias da crise ajudam a compreender, impõe-se um novo e reforçado papel do Estado, particularmente das autarquias, na afirmação de uma nova geração de Programas Públicos de Habitação.

Os Programas Públicos de Habitação deverão integrar e ser compostos por ações diferenciadas, orientadas para sectores diversos da população (o que significa *standards*, custos e contratualizações diferenciadas e não apenas de resposta aos economicamente mais frágeis), abandonando modelos de implantação urbana de conjuntos habitacionais segregadores dos tecidos urbanos e sociais existentes que, regra geral, ainda que melhorando as condições de habitação, têm contribuído para o agravamento das distorções sociais e anátemas ligados à natureza dos locais de residência.

Os desafios que daqui decorrem impõem uma atuação em diversas frentes:

### **1. Programas Públicos de Habitação**

Promoção da construção de conjuntos habitacionais de tipologias variadas por parte das entidades públicas (da Administração Central ou Local) e a implementação de programas e parcerias que permitam a participação de empresas privadas, combinando programa público e programa privado, na criação de uma oferta diversificada, célere e com capacidade de evitar o zonamento social.

As possibilidades apontadas pelo Governo de serem disponibilizados edifícios do Estado que se encontram desocupados, podem incrementar, em articulação com os municípios, este tipo de operações.

### **2. Linha de financiamento aos municípios para aquisição de terrenos e construções degradadas**

Criação de condições de acesso a crédito em condições privilegiadas para promoção de habitação, em contexto urbano e rural, demonstrado que seja o aumento do custo de habitação e o aumento da procura, ou a existência de situações de habitação inadequada. A disponibilização dos municípios para concretizar programas de habitação é um dos pilares essenciais para poderem ser gizadas políticas diferenciadas que permitam uma mobilização conjugada de fundos públicos com investimento privado. Mas, grande parte dos Municípios não terá condições económico-financeiras para poder suportar tal esforço sem apoio de uma linha apropriada de financiamento.

### **3. Recuperação e requalificação de habitação existente para habitação**

Manter e aprofundar mecanismos de simplificação na aplicação do conjunto de regulamentos e legislação em vigor, em especial o Decreto-Lei 53/2014, sem o qual não seria, nem será possível, a recuperação de muito do edificado existente. A política de simplificação que o permitiu é fundamental na continuidade das renovações e recuperações das partes do tecido edificado que não pode responder a padrões e exigências da regulamentação existente, particularmente na Área Metropolitana do Porto.

### **4. Mercado de arrendamento**

Apoiar a progressiva criação de um efetivo mercado de arrendamento é um desafio estratégico.

Para todos os que necessitam de mobilidade face aos desafios do tecido económico contemporâneo, o modelo de compra não responde e afirma-se desadequado. Por isso, importa redirecionar o modelo de financiamento existente voltado para a aquisição de casa para um outro que torne atrativo o investimento público e privado para arrendamento. Este modelo poderá ser poderosamente incrementado pela definição de uma política fiscal atrativa que seja assegurada para um período temporal alargado e pela criação de seguros que permitam dar confiança aos senhorios a arrendar a jovens, profissionais sem vínculo estável e a outras pessoas que normalmente são excluídas deste mercado.

Esta é uma mudança fundamental para haver condições de acesso à habitação de sectores sociais que vivem num tempo e condições mais propensos à mobilidade dos lugares de emprego e de residência (ex: estudantes e jovens profissionais em fase de experimentação das suas carreiras) a que se podem juntar todas as situações decorrentes das alterações que ocorrem socialmente (divórcios, *co-housing*, arrendamento partilhado e temporário, entre outros).

### **II.3. Promover um mercado de trabalho menos precário e mais digno, para uma sociedade melhor**

O acesso de todos ao trabalho, enquanto direito humano fundamental, sempre foi uma prioridade do Partido Socialista e uma marca da sua governação. Ter ou não ter emprego condiciona fortemente a educação e a saúde dos cidadãos e afeta a demografia de forma relevante e visível. Estamos perante um direito estruturante e fundacional que, se não cumprido, provoca disrupção no seio familiar e na comunidade.

Potenciar a criação de emprego e garantir as condições de equidade que assegurem a todos um emprego digno, fator de produção de riqueza e da sua redistribuição de forma mais justa, foi a marca da governação do Partido Socialista nos últimos quatro anos e de que nos orgulhamos.

Precisamos, contudo, de fazer mais e melhor, alargando e conectando várias áreas de ação através de medidas estruturantes, como:

- Melhorar a rede de transportes públicos, reforçando as ligações entre municípios com ainda altos níveis de desemprego e outros com falta de mão de obra e torná-los autónomos dos circuitos escolares só existentes durante o ano letivo.
- Criar condições de atração de estrangeiros e nacionais nos concelhos com maior carência de mão de obra, promovendo a criação de equipamentos sociais que permitam compatibilizar a vida profissional com a vida familiar.
- Promover a criação de um Programa Regressar aplicável aos nacionais que abandonaram os concelhos em perda populacional.
- Majoração dos apoios à contratação de jovens em territórios social e/ou demograficamente mais débeis, combatendo o abandono pelos seus naturais mais escolarizados.
- Majoração dos apoios à contratação em territórios com taxas de desemprego acima da média nacional.

- Promover a disseminação de balcões de atendimento do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) nos territórios mais afastados dos serviços atualmente existentes.
- Promover a instalação de postos de atendimentos da Segurança Social em todos os serviços de proximidade do IEFP, permitindo aos utentes o tratamento de assuntos que necessitem da intervenção de ambos os serviços.
- Requalificar as instalações do Serviço de Emprego de Vila Nova de Gaia, o maior do país.
- Recuperar, no distrito, os extintos Ninhos de Empresas. Esta recuperação seria direcionada para empresas de grande cariz tecnológico, investigação e inovação.
- Apoiar a criação de Empresas de Inserção para as pessoas em situação de sem abrigo, problema especialmente sentido no distrito, o qual apresenta, a nível nacional, o maior número de cidadãos sem habitação.
- Lançar um programa de apoio a incubadoras, permitindo criar uma lógica de colaboração, de partilha e de participação na implementação de novas empresas e antecipação de necessidades de formação.
- Reforçar a capacidade das equipas locais da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e de outras entidades públicas para monitorizar, regular, fiscalizar e fazer respeitar o cumprimento da Lei no que importa ao mercado e às relações de trabalho, protegendo direitos de trabalhadores e promovendo a inserção na economia formal de todos os atores, no respeito pela concorrência leal entre empresas.

## **II.4. Melhorar a formação profissional, ao serviço dos cidadãos e do desenvolvimento**

No contexto de um recuo acentuado do número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do IEFP, de uma progressiva dificuldade em recrutar entre os que ainda restam, seja por escassas habilitações escolares e/ou profissionais, por desajustes entre a oferta e a procura, ou por perceções sociais pouco positivas relativamente a alguns dos sectores que mais empregam, torna-se necessário aprofundar as medidas que permitam responder de forma adequada às mudanças aceleradas a que assistimos.

A qualidade do emprego passa, cada vez mais, pela existência de competências ajustadas às rápidas mudanças tecnológicas, transversais a todos os sectores de atividade e a competitividade das empresas depende, também, da sua capacidade para responder às solicitações do mercado, e esta, por sua vez, depende da existência de trabalhadores especializados.

Em coerência, propõe-se as seguintes medidas:

- Garantir a todos os alunos do 9º ano de escolaridade e informação sobre toda a oferta existente no ano letivo seguinte, contribuindo assim para uma opção informada por parte dos alunos e das famílias e para o reforço do cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos.

- Melhorar a articulação entre os centros de formação do IEFP, as escolas, as autarquias e as empresas na definição da rede de oferta de ensino e formação profissionalizante para jovens entre os 15 e os 18 anos.
- Promover a partilha, sempre que possível e julgado adequado, da lecionação de cursos de aprendizagem e/ou profissionais, com vista à racionalização de recursos humanos e físicos.
- Lançar um Plano de promoção e desenvolvimento das competências de literacia de âmbito alargado, com especial incidência nos territórios com maior prevalência de iliteracia.
- Em articulação com as Instituições de ensino superior do distrito, reforçar as medidas de requalificação de desempregados com longos percursos escolares em áreas sem procura no mercado de trabalho.
- Reforçar as medidas de formação profissional dirigidas a ativos empregados, em articulação com os parceiros sociais.
- Concluir a requalificação das instalações do Serviço de Formação do Porto (o maior do país).

### III

## DESIGUALDADES: MAIS E MELHORES OPORTUNIDADES PARA TODOS, SEM DISCRIMINAÇÕES

### III.1. Promover a igualdade e combater as discriminações

Nas sociedades que dão primazia à dignidade de cada ser humano e que se reivindicam atentas ao bem-estar e à coesão sócio territorial, as discriminações e desigualdades são inaceitáveis e exigem medidas adequadas. Apesar do progresso já alcançado, com particular ênfase no período recente, são muitos ainda os domínios em que importa investir no sentido de combater todas as formas de discriminação e desigualdade de que a pobreza e exclusão social são expressões severas e indignas.

A promoção, em diversas frentes, da igualdade de género continua a exigir melhorias que, não só favoreçam a igualdade entre mulheres e homens, mas que sejam também capazes de travar o flagelo da violência doméstica.

A deficiência, ocasionada por fatores muito diversos, continua a potenciar desigualdades múltiplas, como o acesso à educação e ao emprego; aos serviços de saúde e aos meios adequados de reabilitação; ao espaço público; à cultura e à participação cívica. Simultaneamente, escasseiam ainda meios adequados para uma vida independente e de justa inclusão na sociedade.

Os dados recentemente conhecidos sobre o abrandamento da pobreza no nosso país permitem-nos, por um lado, reconhecer os fatores capazes de melhorar consistentemente as condições de vida (como são exemplo a melhoria dos rendimentos e dos serviços públicos básicos), mas por outro lado, elucidam também sobre o tipo de medidas que importam implementar para levar mais longe a grande meta inscrita no Programa Eleitoral do PS: a erradicação da pobreza. A pobreza não se distribui de forma uniforme no país e este facto apela a medidas sensíveis aos contextos onde se concentram maiores índices de desvantagem, por vezes, em ambientes menos preparados para enfrentar e superar as adversidades. É na Região Norte, comparativamente ao resto do país, que persiste um maior número de pessoas em risco de pobreza, uma muito reduzida intensidade laboral *per capita*, bem como uma taxa expressiva de privação material severa.

As múltiplas faces das desigualdades e discriminações sugerem medidas que respondam:

- Ao conhecimento permanente das dinâmicas em curso e das dinâmicas emergentes.
- À disponibilidade de recursos materiais adequados e partilhados, bem como a recursos humanos adequadamente preparados.
- A intervenções onde se combinem medidas preventivas e ações de resposta a curto prazo face aos problemas já existentes.
- A atuações a nível individual e familiar, mas também coletivas, formando comunidades mais preparadas para lidar com a diversidade enquanto mais valia social.

Atendendo à realidade do distrito e à reconhecida prioridade política no campo das desigualdades e discriminações, justifica-se o compromisso, entre outras, com as seguintes medidas:

- Reforço das estruturas de vigilância e acompanhamento, munindo cada concelho com um dispositivo de resposta integrada para atendimento, informação, apoio e encaminhamento das vítimas de violência doméstica e seus familiares diretos (com particular atenção às crianças e jovens com experiências de conhecimento e contacto com a violência doméstica).
- Melhoria das medidas para cidadãos com deficiência, criando um balcão para a inclusão em cada concelho, animando iniciativas de apoio, designadamente no campo da habitação, da avaliação médica atempada das incapacidades, do alargamento da implementação do modelo de apoio à vida independente, e da acessibilidade para um uso pleno do espaço público e do acesso ao emprego.
- Munir cada concelho de uma estratégia municipal de combate à pobreza, que, entre outras, faça corresponder à sinalização das situações de pobreza, medidas de efetivo apoio na multiplicidade de domínios influenciadores da justa inserção societal. Especial prioridade é esperada para as situações de pobreza infantil, de pobreza na população trabalhadora e da pobreza dos idosos.
- Valorização e prioridade a intervenções socio-territoriais integradas, aproveitando o potencial do programa Rede Social, que deverá produzir um relatório anual sobre o estado das desigualdades no seu âmbito territorial.

### **III.2. Mais e melhor educação, mais e melhor democracia**

O Partido Socialista orgulha-se da sua ação e legado no domínio da educação. Na visão socialista a educação é um dos pilares fundadores do Estado Social democrático, o principal meio promotor do desenvolvimento, da redução das desigualdades e da mobilidade social, da formação pessoal e social dos indivíduos, capacitando-os para uma cidadania mais ativa, responsável e solidária.

O próximo mandato apresentar-se-á como um importantíssimo momento para levar a cabo uma política educativa que, continuando a promover os valores da igualdade de oportunidades e da coesão social e territorial, reforce a qualidade do sistema educativo, valorizando a ação de todos os seus atores e promovendo a mais adequada formação de crianças, jovens e adultos.

A educação é ainda condição essencial, mesmo que não suficiente, para combater desigualdades entre cidadãos e disparidades entre regiões, pelo que se defenderá a promoção das seguintes medidas:

- Implementar um programa de apoio a famílias vulneráveis, desenvolvendo redes permanentes de apoio à infância e juventude, de base local, que articulem, e tornem eficaz, a ação da escola, da família e das instâncias da segurança social no terreno.
- Diversificar, localmente, medidas que assegurem o cumprimento dos doze anos de escolaridade obrigatória.

- Reforçar as políticas de Ação Social Escolar, estabelecendo-as como ferramentas fundamentais de combate às desigualdades e ao insucesso escolar.
- Reorganizar a rede escolar física e de oferta, considerando a evolução e as tendências demográficas, as acessibilidades a partir da rede de transportes públicos, a crescente incorporação de tecnologia e de conhecimento em todas as áreas da economia e reforçando a coesão social e territorial do distrito.
- Incentivar a articulação das escolas com as empresas e vice-versa, promovendo o conhecimento mútuo.
- Criar um sistema integrado de oferta de formação profissionalizante envolvendo todos os operadores no terreno (escolas secundárias, escolas profissionais, centros de gestão direta e centros de gestão participada do IEFP e entidades externas a este ligadas), reforçando, assim, a capacidade de recrutamento de alunos/formandos para os Cursos Profissionais e de Aprendizagem.
- Criação de uma bolsa de formação para todos os jovens nestas modalidades, de forma diferenciada e em função dos cursos e da sua empregabilidade esperada.
- Reforçar a orientação vocacional dos alunos.
- Fomentar um novo processo de acolhimento e integração de crianças, jovens e adultos imigrantes, que contemple um módulo inicial de aprendizagem da língua e cultura portuguesas, partindo de uma avaliação diagnóstica personalizada.
- Generalizar a oferta pública de educação de infância aos três anos de idade.
- Incrementar o Programa de Requalificação das Escolas do 2/3 CEB (escolas do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico) e finalizar o programa de modernização de escolas com o ensino secundário, como instrumento indispensável de combate às desigualdades.
- Criar incentivos à aposta na carreira docente e ao desenvolvimento de funções docentes nos territórios do distrito onde a oferta de profissionais é cada vez mais escassa, promovendo a sua estabilidade e rejuvenescimento.
- Descentralizar as estruturas do Ministério da Educação, reativando equipas que no terreno apoiem as escolas e as comunidades educativas.
- Erradicar as bolsas de analfabetismo funcional e promover a aprendizagem da língua portuguesa junto de todas as comunidades imigrantes através de planos conjuntos escolas-municípios-IEFP.

### **III.3. Investir no futuro coletivo, reforçando o investimento no ensino superior**

Hoje, cerca de 35% dos Portugueses com idades compreendidas entre os 30 e os 34 anos possui um diploma de ensino superior (no mínimo uma licenciatura) e cerca de 40% dos jovens com 20 anos frequentam o ensino superior. Estes são números que traduzem uma aposta política firme e consequente, a qual permitiu, nos anos mais recentes, diminuir um dos principais obstáculos ao desenvolvimento: a falta de qualificações. Longe das conceções classistas do



passado, o ensino superior expandiu-se, democratizou-se, e naturalizou-se como um bem e um direito de todos os portugueses.

Portugal, apresenta uma das taxas mais elevadas da OCDE no que se refere ao número de estudantes com 16 e 17 anos em instituições de ensino. Mas, quando se perspetiva a sua continuidade os números descem: mais de metade dos jovens com 20 anos que concluíram o secundário não estudam (com grave destaque para os estudantes que realizaram a via profissional). A percentagem de população sem qualquer formação de nível superior aumenta para perto de 84% nos adultos com idades superiores a 45 anos. Esta situação é particularmente grave no distrito do Porto onde escasseia mão de obra qualificada necessária ao desenvolvimento e competitividade da economia.

O programa eleitoral do Partido Socialista é vasto e ambicioso na procura permanente de democratizar o acesso ao ensino superior, garantindo melhores condições na sua frequência, como o incremento das bolsas de estudo (ou o acesso automático às bolsas de ação social do ensino superior quando o aluno tenha beneficiado de uma bolsa de ação social no ensino secundário), o reforço das condições financeiras para a realização de experiências internacionais (Erasmus), ou no combate à gigantesca barreira que o alojamento tem vindo a constituir, em especial nos grandes centros urbanos.

Paralelamente, ao nível do distrito, é preciso dotar as instituições públicas de um número superior de vagas no concurso nacional de acesso, fazendo jus às expectativas de uma quantidade significativa de jovens que as procuram. Com efeito, mau grado a capacidade instalada – com mais de 30 instituições de ensino superior e o seu relevante contributo para o aumento da qualificação superior na região – o distrito apresenta um défice de vagas no ensino público, superior a todos os distritos do Continente (com exceção de Lisboa). Acresce a esta situação geral o problema crítico vivido no distrito da carência de recursos humanos qualificados em muitas áreas – informática, automação, materiais, energia, entre outras – ao nível da formação intermédia e superior. Importa, pois, implementar políticas sociais educativas integradas, reforçando a informação aos estudantes e famílias, bem como aumentar, de forma acompanhada e progressiva, o *numerus clausus* nos cursos com maior procura.

O acesso ao ensino superior e as condições de vida dos estudantes que o frequentam exigem políticas integradoras que favoreçam a equidade de oportunidades, a sustentabilidade dos percursos académicos, dotando as Instituições dos meios próprios para a realização desta missão.

A atração de novos públicos, em especial pela aposta em formações dirigidas à reconversão de licenciados em áreas de menor empregabilidade, ou não licenciados no ativo, estreitando a colaboração entre a academia, as empresas e outros atores exteriores, é também de importância capital no distrito, onde já avultam múltiplas iniciativas neste âmbito, mas que precisam de ser apoiadas com políticas de sustentação e incentivos, bem como coordenadas em redes de colaboração entre instituições e empresas.

O distrito possui uma rede forte de ciência, tecnologia, I&D, e de Instituições de Ensino Superior que, se dimensionada à escala mais ampla da região, cresce significativamente o seu potencial de competitividade e atratividade. O reforço desta rede é, pois, estratégico para o país e para o distrito, não só na criação de uma oferta formativa internacional forte e de qualidade em áreas bandeira – Engenharias, Saúde, Indústria 4.0, Transformação Digital, Inteligência Artificial, Energia, Ambiente, entre outras - atraindo estudantes estrangeiros e talento, como na consolidação de redes de conhecimento de inovação.

Neste sentido, conscientes do âmbito nacional da maioria das medidas para o setor e no total respeito pela autonomia das instituições de ensino superior, propomos as seguintes medidas:

- Definir uma rede nacional de ensino superior pública que expanda a sua democratização e promova o conhecimento como o principal fator de crescimento e sustentabilidade do distrito e do país, tendo por base dois macro eixos:
  - a) o crescimento do número de estudantes no ensino superior;
  - b) a capacidade instalada (quantitativa e qualitativa) e a especialização das instituições de ensino.
- Apoiar e criar as condições, nomeadamente ao nível legislativo, para que possa existir maior cooperação entre as instituições de ensino superior, designadamente ao nível de consórcios (regionais ou temáticos).
- Definir e aplicar gradualmente uma fórmula de financiamento das instituições de ensino superior públicas (IESP), promovendo a contratualização por objetivos e criando condições para um financiamento autónomo da Ação Social.
- Mapear e definir prioridades de investimento no ensino superior a nível distrital, a realizar através de fundos estruturais, que continuem a promover uma convergência interna efetiva e posicionamento internacional robusto e atrativo.
- Apoiar a construção de um programa piloto a nível distrital que melhore a articulação entre os níveis de ensino, tendo em vista apoiar a redução da taxa de não ingresso de estudantes no ensino superior (atualmente cerca de 60% dos estudantes do ensino secundário).
- Apoiar a criação de projeto piloto distrital de cooperação entre instituições de ensino superior e empresas, tendo em vista a diversificação e inovação nos modelos de ensino-aprendizagem e transferência simbiótica de conhecimento.
- Defender a uniformização (definição de padrões interinstitucionais) e melhoria dos apoios, diretos e indiretos, ao nível da ação social no distrito.

### **III.4. Assegurar um Serviço Nacional de Saúde mais justo, inclusivo e eficaz**

Consciente das pressões que o Serviço Nacional de Saúde atravessa atualmente e das profundas mudanças perspetivadas para o futuro no que concerne à evolução da prestação de cuidados de saúde, as propostas políticas do Partido Socialista para os próximos quatro anos passam pelo enfrentar, através de políticas públicas coesas, de um conjunto de desafios que promovam a inovação e a disrupção necessárias à melhoria da acessibilidade e sustentabilidade económica financeira.

Estes desafios implicam uma aposta em quatro áreas:

- Investimento em equipamentos e novas tecnologias, mas também na renovação de infraestruturas.

- Planeamento e contratação de recursos humanos.
- Reorganização da prestação de cuidados de saúde com enfoque na proximidade e no combate às desigualdades no acesso aos cuidados de saúde.
- Maior autonomia e responsabilização para as instituições.

Sem perder de vista o carácter global do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e, como tal, a abrangência nacional das ações para a sua promoção e sustentabilidade, considera-se importante para o distrito a implementação de três medidas simples e efetivas para a consolidação de um SNS mais justo e inclusivo e que responda melhor às necessidades da população:

- Todos os concelhos do distrito do Porto devem dispor de respostas em psicologia, nutrição, medicina dentária, fisioterapia e colheitas de amostras para análises clínicas, nas suas unidades de cuidados de saúde primários.
- Elaborar e implementar um programa de investimentos plurianual nas unidades hospitalares do distrito do Porto, que visem reabilitar as infraestruturas e dotá-las de condições de segurança e humanização adequadas, bem como um programa de substituição/expansão de equipamentos médicos, assegurando a sua autonomia.
- Melhorar o serviço de encaminhamento das baixas hospitalares, assumindo o Serviço Nacional de Saúde e o Centro Distrital da Segurança Social as responsabilidades respetivas na resposta adequada.

### **III.5. Valorizar o território e a sua diversidade, promovendo mais coesão e melhor governação**

Reconhecidamente, as políticas temáticas de âmbitos variados denotam limitações na sua capacidade de favorecer o desenvolvimento e bem-estar. Por isso, muitas políticas estão cada vez mais orientadas para aproximações de base territorial que, partindo dos problemas e das qualidades de espaços concretos, sejam capazes de aumentar a sua eficiência, ou seja, de mobilizar menos recursos e atingir melhores resultados.

No caso do distrito do Porto, é notória a existência de um conjunto de problemas de base territorial evidentes, os quais podem ser vistos nas dimensões económica, social e ambiental.

É sabido também que a expressão da desigualdade tem várias escalas – entre Portugal e o centro da Europa; entre o Norte e a Área Metropolitana de Lisboa, ou entre áreas distintas de um qualquer concelho ou até freguesia – todavia, deve ser especialmente considerada a dimensão concelhia, tendo em atenção a relativa autonomia de que goza cada município.

Assim, considerando a importância da dimensão espacial do desenvolvimento, a necessidade de combater assimetrias à escala nacional, de reforçar a consideração pela escala municipal e pelos mecanismos de cooperação e coesão que as áreas metropolitanas e as comunidades intermunicipais constituem, propõem-se as seguintes medidas:

- A existência, à escala da AMP e da CIM Tâmega e Sousa, de um mecanismo de majoração inversamente proporcional ao valor médio do poder de compra dos residentes, a ser

considerado nas prioridades do investimento público nacional e no acesso a fundos europeus, além do respeito pela

- a) especificidade de cada concelho em função do objetivo a atingir com a verba a disponibilizar;
- b) desigual número de habitantes.
- Uma visão de coesão que promova especialmente, em todas as escalas, os lugares mais esquecidos, escondidos e desvalorizados, desde que garantida a razoabilidade do investimento e a sua adequação ao lugar.
- Projetos de âmbito supramunicipal, tendo em vista a sua capacidade de aumentar a eficiência e eficácia, bem como de reforçar a confiança e a cooperação entre autarquias, e entre estas e outros agentes de desenvolvimento, públicos ou privados, retomando, designadamente, os projetos de valorização do Douro e suas margens; da Estrada da Circunvalação; das Serras do Porto; do espaço “Douro Verde” e da Serra da Aboboreira; entre outros.
- Projetos prioritários de reforço de coesão territorial, designadamente:
  - Ligação ferroviária Valongo-Felgueiras (servindo lugares de média e alta densidade, exportadores e de poder de compra relativamente baixo).
  - Extensões do Metro do Porto, incluindo lugares onde os residentes têm poder de compra mais baixo e mais dependentes do transporte para deslocações casa-trabalho.
  - Ligações rodoviárias a lugares manifestamente mal servidos, designadamente as sedes de Cinfães e Resende, que integram a CIM do Tâmega e Sousa (ligação de Baião à Ponte da Ermida e variante da Macinhata, e à ligação desde Marco de Canaveses, Castelo de Paiva e Penafiel -IC 35).
  - Ligação a Espanha pelo serviço ferroviário das linhas do Douro e do Minho e modernização da Linha do Norte (na ligação para Sul).

Face à importância dos fundos europeus no investimento público, é essencial à coesão e desenvolvimento do território o acesso e bom uso destas verbas. No caso da Região Norte em geral, e do distrito do Porto em particular, trata-se de áreas muito abertas à concorrência externa, competindo os seus agentes económicos, por isso, a nível global com outros que têm recurso a financiamento e apoio estatal muito superiores.

No sentido de otimizar o melhor acesso e operacionalização dos fundos estruturais é essencial que:

- 1) seja disponibilizada informação que permita planear as decisões de investimento;
- 2) que o montante disponibilizado seja previsível;
- 3) e que a sua utilização seja maximizada com impacto na economia.

Por isso, o Partido Socialista considera essencial garantir a implementação das seguintes medidas:

- Publicação do calendário de concursos a abrir até ao final do período de programação.

- Promoção do *overbooking* dos programas comunitários por forma a canalizar financiamento em projetos novos em vez do tradicional *top-up* que apenas maximiza a componente de fundo perdido.
- Utilização do empréstimo-quadro com o BEI.

Os períodos de transição entre programas comunitários originam por vezes hiatos no acesso a financiamento ao sector público e empresarial com graves consequências. No sentido de assegurar uma transição eficaz entre períodos de programação, propõe-se as seguintes medidas:

- Aproveitamento dos projetos em *overbooking* que tenham tido avaliação positiva, fornecendo financiamento intercalar que posteriormente será abrangido por uma primeira fase de concursos aos fundos 2020-2027 em regime de retroatividade;
- Publicitação clara desta possibilidade nos avisos de candidatura finais do atual quadro comunitário.

Os fundos estruturais canalizados para a promoção do investimento de empresas e administração pública são uma componente fundamental do processo de modernização e convergência da Região Norte. Segundo os dados mais recentes, é a Região Norte que conta com a maior percentagem de verbas aprovadas no âmbito do Portugal 2020, com 33%, sendo que no instrumento para a Competitividade e Internacionalização esse valor sobe para os 46%.

Apesar deste bom desempenho, constata-se que os programas de carácter nacional mais ligados às PME, nomeadamente o POCI e o POISE são geridos a partir da região com menor utilização destes fundos – Lisboa -, com todo o prejuízo para o fluxo de informação, capacidade de resposta e ligação ao tecido produtivo que tal acarreta.

Importa, assim, que no próximo período de programação seja testado um modelo de maior proximidade, tanto das autoridades de gestão temáticas relacionadas com a PME, como dos serviços relacionados com o seu financiamento e atração, como o IAPMEI e AICEP, o que, em muitos casos, significa apenas concretizar o que está já previsto na orgânica de muitas destas entidades.

Propõe-se, em concreto:

- Criar na Região Norte (preferentemente no distrito do Porto) a Autoridade de Gestão dos fundos temáticos para a competitividade e inovação 20-27, substituindo assim a AG do Compete2020;
- Reorganizar e afetar efetivamente ao Norte os quadros técnicos de entidades que estão apenas “no papel” a norte, nomeadamente ANI, AICEP, IAPMEI e SPGM.
- Negociar atempadamente uma nova linha de empréstimo-quadro com o BEI para o cofinanciamento de fundos comunitários 2020-2027 com elegibilidade flexível para que esteja disponível no início do período de programação e possa ser utilizado de forma integral.
- Delegar competências em matéria de desembolsos do IGCP às estruturas das Autoridades de Gestão Regional.

- Criar uma equipa de *blockchain* sedeadada na estrutura COMPETE20-27 a criar na Região Norte para o financiamento e acompanhamento dos resultados das empresas financiadas.

O território, como elemento essencial na promoção do desenvolvimento e bem-estar, é a base de uma governação que, na dimensão municipal, intermunicipal e central, se deve reger pelos princípios da transparência, articulação multinível e multiagente e da subsidiariedade. Neste sentido considera-se essencial:

- Acelerar e expandir o processo de descentralização, através, designadamente, do reforço de competências de freguesias e municípios.
- Aumentar a capacidade de cooperação e decisão da Área Metropolitana do Porto e da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.
- Promover um verdadeiro processo de desconcentração que aproxime a administração das regiões, dotando devidamente os serviços desconcentrados de âmbito regional com as competências técnicas e a autonomia necessárias à realização desconcentrada das tarefas de administração.
- Melhorar a articulação entre o ordenamento do território e o ordenamento do espaço marinho, nomeadamente no que respeita à articulação entre instrumentos.
- Garantir a concretização do processo de regionalização e, antes de mais, de efetiva capacidade de coordenação regional de políticas, a par do estabelecimento de direções regionais na generalidade dos ministérios.
- Assegurar o reforço da presença efetiva da RTP e da Lusa, como serviços públicos essenciais ao serviço de todo o país.

## IV

# O FUTURO AGORA: CONSTRUIR UMA SOCIEDADE DIGITAL

### IV.1. Investir na Inovação, aumentar a produtividade e reforçar a competitividade

A Região Norte passou, em 2018, de *moderate innovator* para *innovation leader* no European Innovation Scoreboard, à frente de quase todas as regiões do Sul da Europa. O Porto e a AMP estão no coração da mancha de continuidade económica Minho-Aveiro-Porto (MAP), que lidera o país em exportações e em muitas áreas de investigação e inovação. Se o objetivo do país é alcançar 50% do PIB em exportações e 3% do PIB em I&D, o contributo desta região, principal motor do país, tem que se manter e ver reforçado, ainda, o seu desempenho à escala ibérica e europeia.

As políticas públicas nas áreas da ciência, tecnologia e inovação têm de promover as redes de saber, minorando constrangimentos de contexto e promovendo iniciativas empresariais com maior valor acrescentado nacional, sendo seletivas no apoio a novos projetos e exigentes com as empresas existentes. Para tanto:

- As estruturas regionais e o AICEP devem passar a adotar políticas dirigidas a nichos de mercado de maior valor estratégico para a Região, promovendo a sua imagem como culta, verde e sofisticada, exportadora de bens e serviços de elevada qualidade, aliando aos negócios valências distintas.
- O apoio, com proximidade e eficácia, das empresas e dos negócios na região MAP, exige o reforço no Porto da Agência Nacional de Inovação, entidade com competências técnicas únicas na gestão dos fundos estruturais destinados à inovação.
- A Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD) – vulgo Banco de Fomento - e a Portugal Ventures, com sede no Porto, têm de ser apoiados, transformados e internacionalizados, para preencher a grave lacuna do país em capital de risco público, em especial nas fases iniciais, quando é quase impossível o acesso a capital de risco internacional.
- As universidades públicas do Norte – Universidade do Porto, Universidade do Minho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, consolidando com o Instituto Politécnico do Porto e a rede politécnica da Região Norte (Politécnico de Viana do Castelo, Politécnico do Cavado e Ave e Politécnico de Bragança) – devem potenciar uma oferta internacional forte e de qualidade, em particular nas áreas de engenharia e da saúde.
- O reforço do campus da Asprela – infraestruturas e laboratórios para estudantes – é fundamental e urgente, em especial nas áreas de maior procura e prestígio nacional e internacional.

## IV.2. Transformação da economia e indústria 4.0

É vital apoiar as empresas e instituições nos seus processos de digitalização, valorizando o contributo de instituições e empresas da Região com competências nesta área e já com experiência comprovada junto das empresas locais, nacionais e internacionais.

Para isso, é fundamental:

- Influenciar todas as políticas públicas nacionais e regionais sobre “digitalização da economia” e “indústria 4.0” no interesse da economia do território.
- Criar instrumentos para aceleração dos processos de transformação digital das empresas, em particular as PME exportadoras da Região, com ênfase na análise de maturidade tecnológica, no desenho de *roadmaps* para a transformação digital, cobrindo as suas múltiplas vertentes – tecnológica, organizacional, de investimento, recursos humanos e aspetos sociais –, assim como no acompanhamento integrado desses processos.
- Lançar e ancorar uma iniciativa mobilizadora integrada horizontalmente – *Porto Digital Leader Region* – de promoção do digital na indústria, serviços, energia, ambiente e transportes, de forma articulada, integrada e concertada, transformando e desinquietando serviços e poderes instalados, públicos e privados.
- Estimular múltiplos projetos piloto de transformação digital do Estado, administração pública e autarquias, suportados por criteriosas análises custo-benefício, criando e multiplicando boas práticas nos domínios da digitalização, desburocratização, simplificação, reorganização que permitam acabar com tarefas sem valor e pedidos de informação inútil e repetida e removendo constrangimentos legislativos e regulamentares.
- Promover uma política intensa de atração de recursos humanos altamente qualificados a nível mundial, recorrendo aos *Tech-Visa* e à criação de condições de habitação e apoios técnicos e sociais à instalação. As instituições de ensino superior da Região poderiam associar os alunos ERASMUS, sobretudo nas áreas tecnológicas carentes, a estágios nas empresas que os poderiam vir a recrutar.

## IV.3. Apoiar o investimento em inovação

O aproveitamento dos fundos comunitários, em especial na esfera da digitalização é fundamental para acelerar o processo de convergência da Região com a média europeia. Existem vários programas e iniciativas de apoio à digitalização da economia, mas estão dispersos e o seu conhecimento pelo tecido produtivo do distrito é escasso. A Região é caracterizada pela prevalência de PME que, estando expostas à concorrência internacional, não dispõem dos recursos ou informação para desenvolver autonomamente iniciativas de digitalização, constituindo-se por isso num entrave ao acesso, não por falta de recursos, mas de informação sobre como os utilizar. Para promover a criação de um ecossistema de geração de inovação, conjugando financiamento e recursos humanos qualificados adequados, seja em *startups*, seja em empresas existentes, a Região deverá ser capaz de tirar partido dos fundos disponíveis a nível nacional e europeu, incentivando as Autoridades de Gestão e o Governo a promoverem a



utilização dos instrumentos nacionais e instrumentos centralizados de forma a beneficiar o potencial de crescimento da Região, tomando medidas que permitam:

- Criar mecanismos de investimento e financiamento de acesso simples e adequado ao tecido produtivo da Região, capacitando-o para a indústria 4.0, inserindo medidas concretas e devidamente calendarizadas resultantes do diagnóstico e auscultação do tecido produtivo distrital.
- Estimular que a criação de digital *innovation Hubs* no distrito seja potenciada pelo envolvimento de instituições já existentes que sejam capazes de fazer a ponte entre as empresas, financiadores e centros de excelência e inovação, aproveitando sinergias com centros de excelência capazes de acelerar o seu desenvolvimento e estimulando a fixação de multinacionais tecnológicas no distrito, identificando espaços possíveis para a sua localização em cooperação com as autarquias.
- Promover a criação de instrumentos financeiros na área da digitalização capazes de multiplicar os fundos disponíveis e captar assessoria especializada de entidades internacionais, nomeadamente pela colaboração com o Banco Europeu de Investimento.
- Defender a criação de um organismo de disseminação de informação, promoção de parcerias e candidaturas a programas como o Horizonte Europa, Europa Digital e InvestEU, nomeadamente pela proximidade entre a AdC, Autoridade de Gestão do PO Norte e Compete 2027, à escala da Região abrangida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN);
- Estimular as empresas inovadoras a produzir soluções que beneficiem as PME da Região a ser mais competitivas, lançando desafios concretos com financiamento assegurado.
- Investir na formação de recursos humanos especializados e na sua contratação pelas PME.

#### **IV.4. Reforçar o compromisso com a ciência**

O distrito do Porto dispõe de uma elevada capacidade de Investigação, Desenvolvimento e Inovação no contexto nacional e internacional, donde se destacam mais de seis dezenas de unidades de I&D e laboratórios associados reconhecidos pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), a grande maioria classificada com excelente ou muito bom, e a liderança de centenas de grandes projetos internacionais. O Porto reúne uma concentração de conhecimento e excelência científica que precisa de ser apoiada e reforçada. O talento e a excelência devem ser potenciados por programas agregadores, orientados para as áreas de especialização inteligente do distrito (e Região), num trabalho de conexão com as empresas, serviços públicos e tecido social e cultural. Importa, neste sentido, tirar partido das oportunidades que serão criadas pelo novo Programa-Quadro Europeu para a I&D+I, o *Horizon Europe*, incentivando uma forte participação de entidades académicas e empresariais do distrito no programa de forma a afirmar o Porto no cenário da I&D+I europeu e mundial.

O programa eleitoral do Partido Socialista reafirma um compromisso com a ciência de elevado alcance cujo teor passa, entre outras medidas, pelo reforço do financiamento da ciência, da sua previsibilidade e regularidade, pela desburocratização e simplificação de procedimentos e pelo rejuvenescimento, a valorização e estabilização das carreiras científicas. A importância deste

compromisso é crucial para a capacidade do país se situar como inovador, exportando produtos e serviços de alto valor acrescentado, sendo atrativo de investimento e talento.

## **IV.5. Renovar a aposta na cultura**

A cultura, para além do seu capital de identidade e do seu valor histórico, é uma forte ferramenta de mudanças sociais, fator de coesão, inclusão e de visibilidade territorial. A sua capacidade agregadora de diferentes áreas (como a economia, o ambiente, ação social e a educação) posicionam-na como uma plataforma por excelência de trabalho conjunto para a capacitação pessoal e das organizações, mas também para o desenvolvimento das regiões. A cultura é o cimento que une, que molda a sociedade e que a transforma.

A cultura deve ser acessível, mas desafiante, promovendo a fruição de algo mais reconhecível, mas também a descoberta de outros mundos, de outros contextos proporcionados pelo olhar dos artistas. A cultura é a lupa do mundo, uma viagem histórica que atravessa o passado, se inscreve no presente e abre portas sobre o futuro.

O Partido Socialista assumiu nos últimos quatro anos o desenvolvimento de uma política cultural pública que possibilitou o reforço de investimento nas instituições culturais, nos seus agentes, na reabilitação do património material e imaterial disseminado pelo território nacional, contribuindo para um acesso mais equilibrado à criação e à participação cultural dos cidadãos.

O Partido Socialista reconhece a importância de prosseguir uma política cultural que defina a sua ação futura em quatro grandes planos:

- Valorização do património cultural.
- Apoio às artes como agente de mudança social e territorial.
- Fomento da internacionalização das artes e língua portuguesa.
- Promoção da transformação digital, da inovação e das indústrias criativas.

O distrito do Porto contém em si dinâmicas culturais desequilibradas no que diz respeito ao acesso dos diferentes públicos à fruição de uma programação cultural diversificada, aos processos de criação e produção dos agentes culturais do distrito, ou à possibilidade de colaboração dos cidadãos em processos culturais participativos.

Assim, sem perder de vista os quatro desafios estruturadores do programa do Partido Socialista, consideram-se importantes ao nível do distrito os seguintes eixos de atuação:

### **1. Contribuir para a valorização e promoção do património cultural no distrito**

- Dotar o Museu Nacional Soares dos Reis (MNSR) de condições financeiras, de recursos humanos, planos de comunicação e marketing para que possa ombrear com os seus congéneres nacionais e ter um papel fundamental na dinâmica cultural regional, funcionando como uma verdadeira âncora cultural na cidade do Porto e na Região. Promover a circulação de espólio por outros museus do distrito, contribuindo assim para a política de descentralização cultural.

- Agilizar o processo de transição do Centro Português de Fotografia, hoje sob responsabilidade da DGLAB – Direção Geral do Livro, Arquivos e das Bibliotecas para dependência da estrutura nuclear da DGPC – Direção Geral de Património Cultural, para que a sua integração na rede de museus potencie centralidade à única instituição nacional dedicada exclusivamente à fotografia. Conceder-lhe meios financeiros e humanos que permitam transformar este espaço num polo cultural instrumental na promoção da fotografia e do seu importante papel na sociedade e na cultura reforçando o seu carácter expositivo, a circulação do seu espólio a nível distrital, nacional e a sua integração em redes expositivas e o estabelecimento de protocolos além-fronteiras com congéneres internacionais.
- Reforçar o papel do Museu de Arte Contemporânea de Serralves no qual o Estado tem forte presença e apostar nos projetos de descentralização e parceria intermunicipal que Serralves já desenvolve.
- Fomentar a articulação entre Estado e os diversos espaços museológicos de diversas instituições do distrito.
- Promover uma relação estreita entre a Cinemateca e o futuro Cinema Batalha no Porto.

## **2. Fortalecer a territorialização cultural e fomentar a participação cidadã**

- Considerar o papel ancora dos equipamentos culturais nacionais existentes no distrito, como o Teatro Nacional São João, Serralves e a Casa da Música, no quadro de uma política integrada de programação e em rede com equipamentos culturais no apoio e reforçado às artes, em particular através de projetos sustentáveis de descentralização, com incidência em serviços educativos inovadores e direcionados à formação e diversificação de públicos, em colaboração com o Plano Nacional das Artes.
- Desenvolver a parceria do Estado com a Casa da Arquitetura, dotando-a de condições efetivas para se assumir como o verdadeiro centro nacional de arquitetura, espaço de arquivo, divulgação e reflexão sobre esta atividade central para a vida das pessoas;
- Promover uma maior interligação entre os artistas e o território com a disponibilização de uma plataforma online na qual entidades públicas ou privadas do distrito possam promover os espaços que têm disponíveis para usufruto dos agentes culturais e das suas práticas artísticas, possibilitando a adaptação dos espaços para fins culturais que conciliem a produção artística dos agentes culturais com a programação para os públicos locais.
- Fazer um levantamento das acessibilidades dos espaços culturais no distrito, propondo medidas de incentivo à resolução dos problemas identificados, garantindo um efetivo acesso inclusivo à fruição, criação e participação cultural.
- Promover a implementação do Plano Nacional das Artes num maior número de agrupamentos das escolas do distrito, com a criação do Projeto Cultural de Escola, a ser desenhado em parceria com as autarquias, as estruturas artísticas e a comunidade educativa.

- Pugnar para que o distrito do Porto seja um exemplo na implementação da nova Rede de Teatros e Cineteatros, promovendo a programação em rede entre os vários equipamentos distritais, idealmente com programação de escala nacional e internacional.

### **3. Potenciar internacionalmente os criadores e produtores culturais do distrito**

- Divulgar os fundos de financiamento da União Europeia disponíveis para internacionalização e promoção da cultura, garantindo no distrito um ponto de Acesso Cultura fixo que vá para além da cedência de informação e que promova ações de formação com o objetivo de facilitar a elaboração e acompanhamento de candidaturas futuras.
- Promover a internacionalização, difusão e exportação da cultura portuguesa, apoiando a presença dos agentes e bens culturais estratégicos no estrangeiro e paralelamente atrair programadores internacionais ao território distrital, convidando-os a participar em momentos importantes de mostra nacional de artistas portugueses, como por exemplo a Semana + (foco de programação nacional coorganizada entre o FITEI - Festival Internacional de Expressão Ibérica e o DDD – Festival Dias da Dança) ou o Curtas de Vila do Conde.

### **4. Fomentar as indústrias culturais como motor de desenvolvimento territorial**

- Embora o Norte tenha sido pioneiro na criação de uma Agência para o desenvolvimento das indústrias criativas – a Addict – neste momento a associação encontra-se em processo liquidatário. É necessário que o distrito encontre uma nova plataforma agregadora de dinamização de incubadoras de artes e indústrias criativas que potencie as dinâmicas já existentes, como a UPTEC-Pinc, e promova novos centros de incubação.

## **IV.6. Continuar a apostar no turismo como fator de crescimento e valorização do país**

O turismo no distrito do Porto representa já cerca de 370 milhões de euros de proveitos por ano (2018), afirmando-se como decisivo em termos económicos, no peso das exportações da Região e do país, e na sua promoção internacional.

Em termos de alojamento, o distrito do Porto tem cerca de 42 mil camas, apresentando também neste indicador subidas consideráveis, na ordem dos 33% nos últimos quatro anos, como resultado do investimento em novas unidades de alojamento (hotelaria e alojamento turístico), requalificação de unidades de alojamento já existentes e criação de novos conceitos, principalmente ligados ao Alojamento Local (AL). Assim, desde 2015, o distrito duplicou o número de dormidas (atualmente cerca de 6 milhões) com subidas anuais a dois dígitos ao longo dos anos de investimento.

Contudo, este crescimento não se distribui de forma proporcional no distrito, mas antes é fruto principalmente dos resultados conseguidos nos concelhos do Porto, Matosinhos e Vila Nova

de Gaia, os quais receberam 72% dos turistas que entraram na Região em 2018. Esta assimetria tem que ser progressivamente corrigida gerindo melhor os fluxos de procura, mobilidade e desconcentração da procura ao longo dos vários concelhos.

O planeamento do turismo é um instrumento fundamental para o seu desenvolvimento equilibrado e sustentável, potenciando o seu valor enquanto motor do dinamismo económico e social das regiões, na criação de emprego, na qualificação urbana, mas também na coesão social e territorial, diminuindo assimetrias regionais, fixando populações, promovendo a cultura e o património, assegurando a redescoberta e a sustentabilidade dos recursos naturais.

Neste sentido, o turismo deve continuar a ser uma aposta do país, com cuidados em relação à capacidade de carga dos lugares mais atrativos à visitação, à diminuição dos efeitos de sazonalidade e ao aumento da estada média.

É, pois, importante continuar a prosseguir a política encetada, propondo-se o Partido Socialista no distrito do Porto, a:

- Continuar a alinhar as estratégias para o distrito com a estratégia nacional de turismo, envolvendo autarquias, empresas do setor, instituições de ensino e entidades ambientais e culturais.
- Capacitar o Porto e Norte de Portugal como destino turístico sustentável e inteligente, para a valorização do car ter do território.
- Gerir os fluxos de procura, a mobilidade e a desconcentração da procura ao longo dos vários concelhos e ao longo do ano.
- Reforçar o enfoque no Património Natural, desde logo apostando no Turismo de Natureza bem como no Turismo Científico, promovendo a criação de “ZLT-V: Zonas Livres Tecnol gicas – Verdes” em parceria com universidades, centros de investigação, indústria, empresas tecnológicas, etc.
- Posicionar o distrito como destino de *CityBreaks*, Turismo Cultural, Turismo Neg cios e Turismo Natureza, reforçando a notoriedade e atratividade de lugares n o congestionados, como o Douro Verde, Montanhas e T mega e Sousa em geral.
- Reforçar as compet ncias e financiamento das estruturas regionais de turismo e garantir a respetiva articulação, para otimização de recursos e maior eficácia da promoção nacional e internacional.
- Disponibilizar instrumentos de financiamento específicos para o turismo, que respondam ao tempo de amortização dos investimentos e à necessidade de requalificação e adaptação da oferta aos desafios de sustentabilidade ambiental e das tendências da procura.
- Considerar, definitivamente, o turismo como setor estratégico da Região, no próximo quadro comunitário de apoio.
- Criar maior e melhor articulação na translação de conhecimento e tecnologia produzido nas universidades e politécnicos e as empresas e entidades do sector.
- Promover o restauro, a valorização e a promoção de elementos patrimoniais, incluindo espaços de uso econ mico como “lojas com história” e unidades fabris, ou bens imateriais diversos, por exemplo os associados à gastronomia e ao artesanato.

## Nota

Este documento foi elaborado com base nos contributos dos debates realizados em diferentes locais do distrito, incluindo os que motivaram a participação dos Presidentes das Câmaras Municipais de Baião (Paulo Pereira), Felgueiras (Nuno Fonseca), Gondomar (Marco Martins), Lousada (Pedro Machado), Marco de Canavezes (Cristina Vieira), Matosinhos (Luísa Salgueiro), Paços de Ferreira (Humberto Brito), Paredes (Alexandre Almeida), Santo Tirso (Alberto Costa), Valongo (José Manuel Ribeiro) e Vila Nova de Gaia (Eduardo Vítor Rodrigues).

Resulta ainda de contributos recolhidos no site digital [www.portops2019.pt](http://www.portops2019.pt).

Finalmente, uma menção especial para o contributo empenhado das seguintes pessoas, especialistas nas diferentes áreas:

Américo Mendes

Ana Monteiro

António Leite

Carlos Guimarães

Fernanda Rodrigues

Fernando Araújo

Catarina Santos Cunha

João Abel Peças Lopes

José Alberto Rio Fernandes

José Manuel Mendonça

Miguel Lemos

Nuno Oliveira

Palmira Macedo

Pedro Couto

Rosário Gambôa

Rui Azevedo

Tiago Guedes